

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

SINDICALISMO DOCENTE NA UFRN: DE
ASSOCIAÇÃO A SINDICATO (1979 – 92)



MIGUEL SZILAGYI GERAR

2001-2
NATAL/2002

MIGUEL SZILAGYI GERGAR

**SINDICALISMO DOCENTE NA UFRN: DE
ASSOCIAÇÃO A SINDICATO (1979 – 92)**



*Monografia apresentada à disciplina
Pesquisa Histórica II, ministrada
pela Professora Denise Mattos
Monteiro, do Curso de história da
Universidade Federal do Rio Grande
do Norte, sob orientação da
Professora Brasília Carlos Ferreira*

NATAL/2002

“A principal diferença entre o trabalho escravo e o moderno trabalho livre não é a posse da liberdade pessoal – liberdade de ir e vir, liberdade de atividade econômica e inviolabilidade pessoal –, mas o fato de que o operário moderno é admitido na esfera pública e é completamente emancipado como cidadão”

Hannah Arendt

AGRADECIMENTOS

Para não esquecer ninguém e também não me alongar demasiadamente quero:

Agradecer a todos aqueles que, direta ou indiretamente colaboraram, ou me ajudaram na tarefa de escrever o presente trabalho, coisa nova e diferente para quem trabalha com música há muitas décadas.

Me desculpar por algum tipo de omissão ou falha que certamente terá ocorrido neste trabalho, mas garanto, absolutamente involuntário.

Por último, para todos os professores, colegas, amigos, familiares e orientadora, o meu:

MUITO OBRIGADO

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1 – O BRASIL DA ABERTURA E A ABERTURA DO BRASIL	8
2 – O RENASCER DA ESPERANÇA	18
2.1 - O Ressurgimento sindical	23
2.2 - As Associações de Docentes	25
3 – A CONSOLIDAÇÃO DAS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSE	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
BIBLIOGRAFIA E FONTES	42
ANEXOS	44

INTRODUÇÃO

Neste trabalho nos propomos estudar o processo organizativo do movimento docente na UFRN no período que compreende, desde a fundação da Associação dos Docentes da UFRN (ADURN), em 1979, até a sua transformação em seção sindical do ANDES – SINDICATO NACIONAL, em 1992.

A trajetória do movimento docente, inserido na rearticulação dos sindicatos e demais movimentos sociais no Brasil, ainda durante o período de repressão militar, foi um dos motivos que nos despertaram o interesse sobre o assunto. Como foi que a categoria docente liderou movimentos grevistas, desafiando a própria legislação que os proibia, enquanto funcionários públicos, de fazerem greve? ①

Com este trabalho pretendemos estudar a organização do movimento docente, nacional e localmente, tentando reconstruir uma pequena, mas importante parte da história da Associação dos Docentes da UFRN (ADURN). Esta entidade, fundada pelos professores da UFRN em 1979, viveu talvez o período mais rico da sua existência na década de 1980. Nesses 13 anos de vida como associação, a motivação e o espírito de luta dos professores estava direcionado a redemocratização do país em primeiro lugar, anseio este, comum a toda a sociedade brasileira. Também foram travadas lutas dentro da Universidade, a fim de democratizá-la, e obter assim uma maior participação do corpo docente na sua administração, defendendo para tanto a eleição direta das autoridades universitárias em todos os cargos. Participaram de diversos movimentos sindicais e sociais, desde as “Diretas Já” ao movimento pelo “Impeachment” do presidente Collor. Ajudaram a criar a Central Única dos Trabalhadores (CUT), à qual mais tarde se filiaram. Também influíram na Assembléia Nacional Constituinte, onde atuando em conjunto, obtiveram a maior conquista para os funcionários públicos, dos quais os docentes fazem parte, que foi o direito de livre sindicalização ~~de~~ do uso do instrumento de greve.

O ressurgimento do movimento sindical brasileiro no final dos anos 70 vai retomar os movimentos sociais da década de 1960, interrompidos pela ditadura militar que se instalou no Brasil em 1964. Portanto, devemos retroceder no tempo a fim de verificar quais as circunstâncias políticas, sociais e econômicas que permitiram a sociedade brasileira a retomada desses movimentos reivindicatórios.

Para a contextualização do período por nós abordado, utilizamos uma bibliografia variada, onde estudamos os contextos: econômico, político e social brasileiros pré e pós 64. Foram escolhidos autores como Brum, Germano, e Antunes entre outros devido aos assuntos específicos que cada um deles aborda, à facilidade de acesso aos mesmos, e a atualidade, na maioria dos casos, das edições.

Já quando abordamos o movimento docente, inclusive na UFRN, nos deparamos com algumas dificuldades, pois não conseguimos obter bibliografia sobre sindicalismo docente. Para nos referenciar utilizamos como fontes: publicações diversas, revistas, boletins informativos e outros documentos da ADURN, da ANDES – Sindicato Nacional, e de outras Associações de Docentes. Foi através deste material que conseguimos (ainda que precariamente) reconstituir os passos da ADURN no seu período de associação. Lamentavelmente frustrou-se a nossa intenção de obter maiores subsídios através de entrevistas com ex-diretores da entidade, uma vez que, por diversos motivos, o número de entrevistados foi muito baixo, não permitindo portanto a inclusão dos depoimentos neste trabalho.

A presente monografia está dividida em três partes: **O BRASIL DA ABERTURA E A ABERTURA DO BRASIL**, no qual abordamos o período ditatorial de 1964 até 1979, quando assume a presidência da república o general Figueiredo, último presidente da ditadura militar.

O segundo capítulo, **O RENASCER DA ESPERANÇA**, está dividido em três partes; na primeira focalizamos o fim do regime militar, seus problemas e as tentativas de se perpetuar através de restrições legais, os movimentos sociais e o ingresso do Brasil na fase intermediária entre a ditadura e a democracia, representada pela “Nova República”. Num segundo momento abordamos o ressurgimento sindical e o novo sindicalismo surgido no ABCD paulista. Terminamos este segundo capítulo com o surgimento das associações de docentes, a sua luta na construção da sua entidade representativa nacional, a ANDES, e a participação do movimento docente nos movimentos reivindicatórios e políticos da década de 1980.

Finalmente, no terceiro capítulo: **A CONSOLIDAÇÃO DAS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSE**, focalizamos o nascimento da Associação dos Docentes da UFRN (ADURN), sua intervenção na Universidade, na ANDES, e nos acontecimentos sociais e políticos do período.

CAPÍTULO I

O BRASIL DA ABERTURA E A ABERTURA DO BRASIL

No dia 31 de março de 1964, através de um golpe militar, é deposto do cargo o presidente João Goulart. Os militares golpistas tomaram o poder com o discurso de livrar o Brasil da corrupção, da inflação e da “comunização” imperantes no país, para a seguir restabelecer a democracia.

Assim, num primeiro momento, a intenção dos militares era a de afastar do governo todos os representantes das forças nacionalista-reformistas e de esquerda. Para tanto foram colocadas sob controle e imobilizadas todas as organizações civis, tais como sindicatos, Universidades, e manifestações culturais e artísticas que atuassem na linha reformista. Também foram neutralizados os setores civis e militares dissidentes, ao mesmo tempo em que as forças vitoriosas, os militares, iam tomando conta da estrutura do Estado.

O grupo que assumiu o controle do país logo após o golpe, estreitamente ligado à Escola Superior de Guerra (ESG), pretendia intervir por um curto espaço de tempo que se esgotaria ao término do mandato de João Goulart, em janeiro de 1966, sendo este período suficiente para o restabelecimento da ordem e da democracia, mas a realidade mostrou-se diferente e o Brasil acabou ingressando num regime autoritário que se estenderia por 21 anos.

Para os militares,

“A segurança era entendida sobretudo como segurança do próprio Estado autoritário e como capacidade de defesa ou resposta adequada e eficaz de frente à “ameaça do comunismo internacional e seus aliados internos”.¹

¹ BRUM, Argemiro J. O Desenvolvimento Econômico Brasileiro, p 302.

Esse pensamento, dominante nos meios militares da época era difundido pela ESG através da Doutrina de Segurança Nacional. Essa segurança garantiria também a “paz social”, não necessariamente através da solução dos problemas e injustiças sociais, mas através do controle coercitivo dos meios sociais e políticos pela máquina do Estado, e uma vez garantida essa “paz”, o Brasil se tornaria um lugar seguro e atraente para os investidores e para o necessário crescimento econômico.

O desenvolvimento do país era concebido como simples crescimento econômico, sem nenhuma preocupação social e de distribuição das riquezas geradas, seja através do atendimento às necessidades básicas da população ou através da melhoria do seu padrão de vida. A política econômica adotada pelos governos militares alijava a maioria da população trabalhadora, especialmente os mais pobres, dos benefícios desse crescimento.

“O que importava, ao menos na primeira fase, era o crescimento econômico global, não propriamente a maneira como estivesse ele distribuído entre os membros da sociedade. Assim, os aspectos sociais, como educação, saúde pública, habitação de baixo custo, transporte coletivo, produção de bens de consumo de massa e outros, não eram considerados prioritários e foram relegados a um segundo plano”.²

Essas características do pensamento militar indicam a grosso modo como seria feita a condução dos destinos da nação.

Neste período de consolidação do poder militar, ocorre dentro das forças armadas a derrota do chamado “grupo castelista”, ou da “Sorbonne”. Este grupo, defensor de uma intervenção transitória no governo, para reconduzir o país à democracia é derrotado pela chamada “linha dura”, defensora da intervenção militar permanente no Estado.

Os governos militares foram implantando a nova ordem com o uso de Atos Institucionais, através dos quais foram demolindo toda a ordem institucional vigente e eliminando as garantias pessoais, enfim, violando todos os princípios da democracia, da Federação e do municipalismo, sendo concentrado todo o poder decisório nas mãos do Alto Comando das Forças Armadas.

² Ibid., p 303.

Os altos cargos executivos nas administrações direta e indireta foram sendo ocupados por militares, sendo que para alguns deles, principalmente na área econômica, foram recrutados civis aptos a exercer as funções às quais os militares não estavam devidamente capacitados. Assim, um grupo de tecnocratas passou a fazer parte da cúpula do poder, determinando os rumos a serem seguidos por todos os brasileiros sem discussão, pois o poder central detinha todo o poder decisório além da capacidade de saber exatamente quais eram os melhores caminhos a serem trilhados pelo país.

Assim, serão editados até 1968 cinco Atos Institucionais sendo complementados com a instauração da Lei de Segurança Nacional.

Em 1969, a ditadura assume o seu caráter institucional através de uma Emenda Constitucional elaborada pela Junta Militar, a qual incorpora todos os dispositivos ditatoriais contidos nos Atos institucionais, principalmente o de número 5, o mais draconiano de todos, pois o presidente podia:

*“suspender o funcionamento do Congresso Nacional, das assembleias legislativas e das câmaras municipais; intervir nos estados e municípios; cassar mandatos eletivos e suspender direitos políticos; demitir ou aposentar servidores públicos; estabelecer a censura aos meios de comunicação (jornal, revista, rádio e televisão) e às manifestações culturais e artísticas; sustar as garantias de vitaliciedade, inamovibilidade, estabilidade e do habeas corpus – tudo excluído de qualquer apreciação judicial”.*³



Inicia-se a perseguição implacável que os governos militares faziam a todos aqueles que discordassem, ou tivessem atitudes políticas contrárias a nova ordem. Será desarticulado e posto sob controle todo o movimento sindical brasileiro, que só irá reaparecer e se rearticular no final da década de 1970. Também serão perseguidos e presos os militantes políticos, principalmente os de esquerda. Em resposta ao aumento da repressão por parte das forças de segurança do Estado haverá uma reação armada, promovida pelas facções da esquerda mais radical. Enfim, quase toda a sociedade irá viver sob rígido controle, principalmente os que pertenciam a grupos considerados “perigosos”,

³ Ibid., p 311.

como artistas, jornalistas, professores, estudantes, funcionários públicos e outros, a critério do governo.

A Lei de Segurança Nacional foi baixada com a finalidade de facilitar a ação das forças de segurança contra os “inimigos internos”, e somada aos Atos Institucionais, conseguem destruir todo o arcabouço jurídico e legal de defesa dos cidadãos, mantendo ao mesmo tempo uma certa imagem de “normalidade institucional”. Isto acontece porque será permitido o funcionamento do Congresso Nacional, assembleias legislativas e câmaras de vereadores. Todavia, o governo militar providencia o fim do pluripartidarismo, criando no seu lugar dois partidos, a ARENA (Aliança Renovadora Nacional), aglutinando todas as forças conservadoras, passando a ser a base de apoio dos militares no legislativo, e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) partido de oposição consentida e destituído de força política.

*“Finalmente, a 15 de outubro de 1969, assume a Presidência da República o general Emilio Garrastazu Médici, até então chefe do SNI, com mandato até 15 de março de 1974 – e o Brasil passou a ter o governo mais repressivo da sua história”.*⁴

Ingressamos assim na década de 1970 com o país vivenciando uma situação difícil, na qual coexistem dois quadros diferentes: uma dura repressão policial-militar contra qualquer manifestação contrária ao regime, e a euforia do crescimento econômico e do desenvolvimento, amplamente propagandeada pelo governo.

Em primeiro lugar, o governo Médici foi marcado pelo silêncio das oposições, pois a dura repressão desencadeada pelos órgãos de segurança praticamente eliminara toda forma de manifestação organizada de protesto. Ao mesmo tempo, como já dissemos, vinha se desenvolvendo no Brasil a luta armada, único meio encontrado por alguns setores (principalmente de esquerda radical), de combater o regime militar, poder denunciar as arbitrariedades cometidas por ele e libertar presos políticos através do exílio.

Estes grupos radicais eram vinculados ao PC do B (Partido comunista do Brasil), seguindo uma linha de orientação revolucionária inspirada na Revolução Chinesa comandada por Mão Tse-Tung e antagônica ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), que era contrário à luta armada.

⁴ Ibid., p 313.

Foram formados mais de 40 grupos diferentes, reunindo, no entanto, um contingente relativamente pouco numeroso de agentes revolucionários. A Aliança Libertadora Nacional (ALN), o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8), o Comando de Libertação Nacional (COLINA), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), o Movimento Revolucionário Tiradentes constituíram os mais conhecidos, entre tantos outros. Devido ao baixo número de militantes engajados, e por estarem divididos e isolados politicamente, foram duramente perseguidos pelas forças de segurança.

Embora criados a partir das Forças Armadas, como Destacamentos de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna, os DOI-CODIs atuaram com grande autonomia no país, promovendo um banho de sangue e desbaratando as redes de oposição armada utilizando-se dos mais baixos recursos, como assassinatos e torturas de todos os tipos, eliminando assim todas as pretensões dos grupos armados e instaurando dessa maneira o reino do terror, ameaçando todos aqueles que ousassem fazer qualquer crítica ao regime em vigor.

“Os DOI-CODIs, ou órgãos semelhantes, agiam impunemente. Tinham a sua própria lei. E não respeitavam as do país, nem mesmo os prazos processuais estabelecidos pela própria legislação de Segurança Nacional. As pessoas eram interrogadas encapuzadas. Seus interrogadores usavam codinomes ou apelidos e não se identificavam aos presos. Dificilmente haverá pessoas que tenham passado por eles sem terem sido torturadas”.⁵

Dentro deste cenário ocorre paralelamente o chamado “milagre econômico” brasileiro, termo este usado à exaustão pela máquina de propaganda do governo Médici ao compara-lo com fenômeno semelhante ocorrido na Alemanha e no Japão do pós-guerra, difundindo a idéia de que o Brasil estaria se transformando na nova potência mundial emergente da década de 1970, período em que o país alcança taxas de crescimento de mais de 10% ao ano e simultaneamente um declínio nas taxas de inflação.

⁵ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. Brasil nunca mais, p 173.

O modelo de desenvolvimento capitalista adotado pelo Brasil tinha duas características segundo Brum: *"...periférico-associado-dependente, em relação ao exterior, e elitista-concentrador-excludente, no plano interno"*⁶

Este modelo pôde ser seguido à risca, uma vez que a sociedade estava devidamente controlada através da forte repressão, impedida de se manifestar sobre o mesmo, sendo forçada a aceitar a degradação salarial, principalmente do operariado e das camadas inferiores da sociedade, que não contavam com poderes de barganha nas negociações salariais, quando as havia.

Através da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), criada em 1968 e funcionando com uma grande equipe, que reunia jornalistas, psicólogos e sociólogos, e utilizando-se dos jornais, do cinema e, sobretudo, da televisão, que se afirmava como o principal veículo de comunicação social, divulgaram-se várias frases de efeito, que procuravam dar uma idéia do otimismo generalizado quanto à estabilidade e ao futuro de desenvolvimento do país, tais como: "Você constrói o Brasil", "Ninguém segura este país", "Brasil, conte comigo" e "Brasil Ame-o ou Deixe-o", sendo que o otimismo e a propaganda governamental atingiram seu clímax por ocasião da Copa do Mundo de futebol, disputada no México em 1970, que com a conquista do tricampeonato deixou o país em êxtase, e a marchinha "Prá Frente Brasil", preparada para ser o hino daquela seleção tricampeã de futebol, foi oficializada, sendo executada até à exaustão.

O governo Médici teve a seu favor também a conjuntura econômica internacional, já que o mundo capitalista da época apresentava uma farta disponibilidade de capital, e o Brasil, assim como outros países em desenvolvimento foi buscar recursos junto as instituições financeiras internacionais para executar os seus projetos, principalmente de infra-estrutura, como estradas, pontes, usinas hidroelétricas, etc, aumentando desta maneira o endividamento externo do país, tornando-o cada vez mais dependente dos humores da economia internacional, preferentemente a dos países credores do Brasil.

Em 1973 ocorre o primeiro choque do petróleo, quando os países produtores decidem unilateralmente quadruplicar o preço do barril de óleo, obrigando os importadores a se ajustarem aos novos valores do mercado mediante o ajuste das suas economias, e no caso dos países ricos, parte dos custos extras com petróleo foram repassados aos produtos por eles exportados. Assim o Brasil, importador e dependente em até 80% do petróleo consumido internamente, passa a sofrer uma grande sangria de recursos, o que

⁶ BRUM, Argemiro J. Op. Cit., p 337.

impossibilita a manutenção das mesmas taxas de crescimento econômico do “milagre”, com o agravante de encontrar um mercado externo em franca retração, o que vêm dificultar ainda mais a captação de divisas através das exportações, em baixa, e com a obtenção de novos empréstimos externos, cada vez mais caros e difíceis.

Dentro deste quadro de dificuldades é que em 15 de março de 1974 assume a presidência da república o general Ernesto Geisel, vinculado à linha moderada, que naquele momento era majoritária na cúpula do poder.

Sua ascensão à presidência criou um clima de otimismo, motivado pelo compromisso de dar início a um processo de distensão política, ocorrendo uma franca mudança no discurso oficial com a politização das questões sociais, anteriormente despolitizadas e tratadas como questões meramente “técnicas”. Sobre esse assunto escreve Germano:

*“O discurso da “segurança nacional”, do “combate ao comunismo e à subversão” e do “crescimento econômico a qualquer preço” – mesmo à custa da concentração de renda – cede lugar a um outro que enfatiza a “integração social”, o “redistributivismo” e os apelos “participacionistas””.*⁷

Para o cumprimento desse processo “lento, gradual e seguro” de redemocratização, Geisel tinha como metas, garantir maior solidez à ARENA (Aliança Renovadora Nacional) na tentativa de torna-lo um partido hegemônico e representativo dos ideais da “revolução de 64”, controlando de um lado os militares de linha dura, e de outro, a esquerda mais radical. Ao mesmo tempo, a conjuntura mundial apresentava-se desfavorável, e mesmo assim o governo, através do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), faz a opção de manter o ritmo de crescimento acelerado da economia dentro do seu projeto “Brasil Potência”, propondo-se, segundo Brum, a cumprir algumas metas fundamentais como:

“- manter a performance do “milagre”, embora com taxas de crescimento econômico um pouco menores (entre 8% e 10%) do que as da fase imediatamente anterior....

⁷ GERMANO, José Willington. Estado militar e educação no Brasil (1964-1985), p 224.

- *implantar um novo padrão de industrialização, baseado na expansão da indústria de bens de produção ou indústria básica...*
- *diminuir as disparidades de renda...*
- *corrigir a distorção no setor de transporte, reorientando o sistema de modo a priorizar os transportes ferroviário e marítimo (mais baratos) em vez do transporte rodoviário (mais caro), que havia sido privilegiado desde a década de 1920".⁸*

Afinal o projeto "Brasil Potência" mostrou-se superdimensionado, e começaram a aparecer os erros de avaliação cometidos pela equipe de governo sobre os reflexos que a conjuntura externa teria sobre a economia nacional. Estas falhas de percepção da conjuntura obrigaram o executivo, a rever os seus planos, por volta de 1976 e fazer os cortes necessários nos investimentos públicos, diminuindo o ritmo das obras e desacelerando o ritmo de crescimento da economia. Naturalmente, essas mudanças de rumo trariam consigo conseqüências sócio-políticas, que dariam a Geisel motivos suficientes para, em nome da abertura "lenta, gradual e segura" se utilizar das medidas de exceção ainda à sua disposição. A primeira delas é o fechamento do Congresso Nacional, na primeira quinzena de abril.

Assim, Geisel passa a governar por Decreto. Assina a aprovação da reforma do judiciário na sua versão original, apresentada pelo governo, a qual tinha sofrido emendas no Congresso Nacional. Os pontos principais da mensagem original do governo consistiam na criação do Conselho de Magistratura, que disciplinava a atuação dos juizes, e na lei que determinava que os militares só poderiam ser julgados por seus próprios pares. Também é editado o chamado "pacote de abril", um conjunto de medidas que alteram as regras eleitorais para o pleito de 1978. As mudanças visavam garantir a necessária maioria no Colégio Eleitoral que escolheria o futuro presidente da República, que têm o mandato ampliado para seis anos. O pacote mantém as eleições indiretas para governadores e deu origem a figura do senador biônico, criado com o intuito de manter a ARENA majoritária no Senado, pois um em cada três senadores passaria a ser eleito indiretamente pelas Assembléias Legislativas de seus estados, onde o partido governista ainda mantinha uma expressiva maioria.

⁸ BRUM, Argemiro J. Op. cit., p 361 - 362.

Diante de todos os problemas que o país vinha enfrentando, políticos, sociais e econômicos, o regime vai perdendo gradualmente a sua força, enquanto que ao mesmo tempo, a sociedade, e principalmente os sindicatos, vão perdendo o medo da repressão começando a se manifestar de forma mais contundente por volta de 1978.

“No âmbito do movimento sindical e popular nos anos 1978 e 1979, cresceram as mobilizações contra o arrocho salarial, e as greves voltaram a acontecer após longo período de repressão, violando, na prática, a legalidade da ditadura”.⁹

Chegamos assim ao final do governo Geisel, único presidente militar que indicou e empossou o seu sucessor, o general João Baptista Figueiredo, ex-diretor do SNI. Esse período, marcado por idas e vindas, tanto na área econômica como política, medidas autoritárias e de distensão, já no seu ocaso, oferece um aceno de volta à normalidade e ao respeito das garantias constitucionais com a revogação do Ato Institucional Nº 5, em 1º de janeiro de 1979. Apesar desse gesto final, Geisel deixa para o último representante da ditadura militar, uma pesada herança:

“Ao terminar o último ano do governo Geisel, a estatística do Regime Militar de 1964 registrava aproximadamente 10 mil exilados políticos, 4.682 cassados, milhares de cidadãos que passaram pelos cárceres políticos, 245 estudantes expulsos das universidades por força do decreto 477, e uma lista de mortos e desaparecidos tocando a casa das três centenas”.¹⁰

Em 1979, o general João Baptista Figueiredo assume o governo com a missão de dar prosseguimento a abertura “lenta, gradual e segura” iniciada pelo seu antecessor, o general Ernesto Geisel.

Ele terá que enfrentar uma conjuntura econômica, social e política adversa, onde as pressões e as demandas sociais se encontram em franca expansão. Os sindicatos, a igreja e

⁹ GERMANO, José Willington, Op. Cit., p. 226.

¹⁰ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. Op. cit., p 68.

todos os demais movimentos sociais percebem a fraqueza em que se encontra regime de força anterior e começam a desafiá-lo. Desta forma, os diversos setores da sociedade retomam as suas lutas na esperança de obter mais liberdade, respeito, e poder de intervenção nos destinos do país.

Tem início a rearticulação dos movimentos e iniciativas da sociedade pré-1964, interrompidas por um período de 15 anos através do uso da força e da coerção. Os sindicatos do ABCD paulista assumem a liderança dos movimentos reivindicatórios assumindo uma atitude combativa, e retomando as discussões interrompidas pela ditadura militar em 1964 sobre a forma de funcionamento das entidades representativas de classe. Surgindo da base operária do ABC esse "novo sindicalismo" defende a liberdade e a autonomia sindical, em oposição ao sindicalismo dependente, atrelado ao Estado, oriundo dos anos 30. Nos movimentos grevistas, os sindicalistas usam os próprios dados do governo para negociar, da forma mais favorável possível os reajustes salariais. Através de um sindicalismo combativo e autônomo procuram a obtenção de ganhos reais para compensar as perdas sofridas nos períodos anteriores. Assim, em plena efervescência social encerra-se a década de 1970, na esperança de dias melhores por vir.

CAPÍTULO II

O RENASCER DA ESPERANÇA

Descortina-se a década de 1980. Um período onde a reconquista das liberdades individuais, o retorno dos exilados e a participação popular nos diversos movimentos sociais findarão por reconduzir o país à plenitude democrática. O direito de eleger diretamente o presidente da república e o seu vice, só é reconquistado pelo povo brasileiro passados 29 anos de forçada abstinência, em 1989. Nesse ano será eleito Fernando Collor de Melo, passando a ser o primeiro presidente civil, conduzido ao posto através de eleições diretas desde o golpe militar de 1964.

Mas não é só por movimentos sociais e da reconquista de liberdades e direitos que o brasileiro passará essa década. Também irá experimentar um período de recessão inédito no país, e um processo inflacionário violento, que terá como consequência o aumento do desemprego e a corrosão mais acelerada dos salários. A falta de trabalho e a crescente perda do poder aquisitivo, por sua vez, irá aumentar o clamor das demandas sociais no decorrer dos anos 1980.

Até o início da década, Figueiredo consegue manter um certo crescimento econômico no país, como veremos adiante, mas, ao não perceber as mudanças da conjuntura, interna e externa, será atropelado pelos erros de avaliação que o regime ainda comete.

No plano interno há uma mudança de postura quanto ao crescimento do país e quanto à distribuição das riquezas geradas visando corrigir os desequilíbrios de renda existentes, tanto a nível individual quanto regional, expressas no III PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), uma tarefa que segundo Brum seria: *“muito difícil, se não impossível, naquelas circunstâncias”*.¹¹

As dificuldades reais demorariam um pouco a se apresentar, pois durante os dois primeiros anos de governo, Figueiredo pôde sentir ainda os últimos instantes de crescimento econômico, ajudado por uma conjuntura exterior favorável, e porque o Brasil passa a ser exportador de produtos industrializados, deixando de depender unicamente dos

¹¹ BRUM, Argemiro J. Op. cit., p. 385

produtos agrícolas. Por outro lado, no setor energético diminui a dependência externa de combustíveis líquidos graças ao aumento da produção nacional de petróleo, de programas de substituição de combustíveis como o proálcol e do andamento dos grandes projetos de geração de energia hidráulica como Itaipu e Tucuruí.

Os problemas começam a se acentuar quando o Brasil passa a sentir os efeitos da conjuntura internacional, com o segundo choque do petróleo seguido de uma recessão econômica mundial e o conseqüente declínio do comércio, a elevação das taxas de juros no mercado internacional – aumentando a despesa com o pagamento do serviço da dívida externa – e a suspensão de novos empréstimos para o Brasil e outros países do terceiro mundo, gerada pela crise econômica vivida pelo México, que se vê forçado à inadimplência no pagamento da sua dívida externa. Começa assim uma onda de planos de estabilização econômica nos países dependentes, inclusive o Brasil, que recorre por diversas vezes ao FMI, aceitando as suas exigências e assinando diversas cartas de intenção, várias vezes revistas. Como conseqüência destes ajustes recessivos que o governo adota o país sofre uma expressiva queda na produção e nas atividades econômicas em geral, falência de empresas, aumento do desemprego e redução dos salários. Ao mesmo tempo, também atingido, o governo faz ajustes internos, reduzindo as verbas públicas para a área social, principalmente educação e saúde.

*“De 1982 a 1984, por exemplo, as verbas reais para o sistema universitário federal sofreram redução de 30%. Com a recessão econômica o país ficou mais pobre, e a renda média per capita apresentou uma queda de 11% no triênio 1981-1983”.*¹²

O desgaste acelerado do regime militar só irá favorecer os movimentos sociais, uma vez que praticamente toda a sociedade brasileira é atingida pela crise, mas como sempre acontece nestas circunstâncias, a conta irá ser debitada e paga pelos assalariados:

*“Os assalariados, que haviam sido os menos beneficiados no período de crescimento econômico acelerado, tornaram-se as primeiras e maiores vítimas da recessão”*¹³

¹² Ibid., p 392.

¹³ Ibid., p 392.

Na área política o processo de abertura continua no governo Figueiredo, sendo que em agosto de 1979, apesar de conter uma série de restrições, entra em vigor a lei da anistia, possibilitando assim a volta dos exilados políticos ao Brasil. Em dezembro de 1979, é aprovada a Lei Orgânica dos Partidos, que extinguiu a Arena e o MDB e restabelecia o pluripartidarismo no país. Esta lei obrigava as novas agremiações partidárias a colocar a palavra "Partido" na frente da sua nova denominação. A ARENA, muito desgastada prefere trocar o nome por Partido Democrático Social (PDS), já o MDB, muito forte eleitoralmente, se transforma no PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro).

O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) ressurgiu após uma intensa disputa entre Ivete Vargas, sobrinha de Getúlio Vargas e Leonel Brizola, ex-governador do Rio Grande do Sul, que havia retornado do exílio no exterior e se dizia herdeiro do trabalhismo brasileiro. Ambos estavam querendo ficar com a sigla. A questão só será resolvida quando Brizola, uma vez derrotado na justiça eleitoral, funda, em torno de sua pessoa, em 1980 o PDT (Partido Democrático Trabalhista).

A grande novidade do cenário político da época se chama Partido dos Trabalhadores (PT). Ele surge a partir do movimento sindical mais combativo do ABC, sob liderança de Luis Inácio da Silva, o "Lula", dirigente sindical de grande prestígio nacional. O acompanharam na empreitada outros sindicatos que atuavam na mesma linha de pensamento, intelectuais, e setores da Igreja. O PT se propunha a representar os interesses dos assalariados e promover as transformações necessárias para conduzir o país ao socialismo. Assim, passou a abrigar no seu seio militantes de diversas tendências, desde social democratas, até antigos defensores da luta armada.

Em novembro de 1983, o PT reuniu cerca de 10 mil pessoas em São Paulo e em várias outras cidades num movimento que tinha a finalidade de pressionar o Congresso Nacional para a aprovação da emenda do deputado Dante de Oliveira. A emenda estabelecia eleições diretas para presidente já no próximo pleito eleitoral. A perspectiva de poder lograr êxito no Congresso Nacional deu início às maiores manifestações populares até então já vistas. O movimento pelas eleições diretas cresceu espetacularmente com a adesão de políticos, artistas, profissionais liberais, professores, igreja e pessoas de todas as camadas sociais e categorias profissionais.



As maiores manifestações ocorreram em São Paulo, onde em 12 de fevereiro de 1984 reuniram-se 200 mil pessoas, e no Rio de Janeiro, onde se fariam duas grandes manifestações, a primeira com 300 mil, e a segunda com 1 milhão de pessoas.

Mesmo com toda essa pressão popular a favor da emenda Dante de Oliveira, na votação em plenário no dia 25 de abril de 1984, acaba sendo derrotada, mantendo a eleição indireta para presidente da república.

Após essa derrota, iniciou-se a corrida para a disputa das eleições indiretas. O governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, lançou-se candidato da oposição e encontrou em Ulysses Guimarães um grande aliado. O PDS lançou Paulo Maluf como candidato do governo, mas divergências internas fizeram com que parte do PDS se aproximasse do PMDB, sendo que desta união nasceu a Aliança Democrática, PMDB e dissidentes do PDS, que formaram a Frente Liberal, posteriormente PFL (Partido da Frente Liberal).

Apesar de indireta, a eleição de Tancredo Neves, costurada entre o PMDB e o PFL, foi recebida com entusiasmo pela maioria dos brasileiros.

Tancredo, contudo, não chegou a assumir a presidência, pois na véspera da posse é internado no Hospital de Base, em Brasília, com fortes dores abdominais, e o vice, José Sarney assume o seu lugar interinamente em 15 de março de 1985. Em 21 de abril, Tancredo morre, depois de uma longa agonia, vítima de infecção generalizada. Em 22 de abril, Sarney é investido oficialmente no cargo, governando até 1990, um ano a mais que o previsto na carta-compromisso da Aliança Democrática, pela qual chegou ao poder.

Em 10 de maio de 1985, uma Emenda Constitucional restabeleceu as eleições diretas para as prefeituras das cidades consideradas pelo Regime Militar como áreas de segurança nacional. A emenda também concedeu o direito de voto aos analfabetos e aos jovens maiores de 16 anos, além de extinguir a fidelidade partidária e abrandar as exigências para registro de novos partidos. Isso permitiu a legalização do PCB e do PC do B e o surgimento de um grande número de pequenas agremiações, sendo que a mais importante medida dessa emenda, foi a convocação da Assembléia Nacional Constituinte com o objetivo de escrever uma nova carta magna para o Brasil.

José Sarney teve que iniciar o seu governo com a equipe ministerial escolhida por Tancredo Neves, sendo que, por não ter participado da formação da mesma, não se sentia à vontade na sua coordenação. Com a morte de Tancredo, ainda vacilante, Sarney troca o ministro da fazenda Ernesto Dornelles por Dílson Funaro, com o propósito de implementar

mudanças na política econômica. Apesar de todos os esforços, teve que enfrentar uma situação econômica que se deteriorava velozmente com o aumento desmedido da inflação e o desajuste das contas públicas. Pressionado pelo intenso desgaste político e social em que se encontrava, Sarney lança, em 1º de março de 1986, o Plano Cruzado.

O plano fez uma reforma monetária, cortou três zeros do Cruzeiro e substituiu-o por uma nova moeda, o Cruzado, congelou os preços e salários por um ano, pelo valor médio dos últimos seis meses acrescido de um abono de 8% incorporando como salvaguarda o chamado "gatilho salarial", através do qual, toda vez que a inflação atingisse ou ultrapassasse 20%, os salários sofreriam um reajuste automático no mesmo valor. O Plano Cruzado extinguiu a correção monetária e criou o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) para corrigir a poupança e as aplicações financeiras superiores a um ano.

O Plano Cruzado teve o efeito imediato de conter a inflação e aumentar o poder aquisitivo da população, cresceu o consumo em todos os extratos sociais e aumentou o nível de emprego, uma vez que a economia redirecionou seus recursos para a produção.

Sarney, gozando dos maiores índices de popularidade até então concedidos a um governante, não realiza os ajustes que se fariam necessários para o êxito do programa, e uma vez que as falhas começam a aparecer é mantido artificialmente e usado eleitoreiramente, dando uma estrondosa vitória ao PMDB nas eleições de 1986, que elegeram governadores de estados, membros do Congresso Nacional (Assembléia Nacional Constituinte) e os integrantes das assembleias estaduais. Assim, segundo Brum,

"A derrocada do programa de estabilização semeou a decepção e o descrédito, a frustração e a revolta. Tão rápidas e rotundas quão benfazejas haviam sido a euforia e a ilusão do seu (passageiro) sucesso".¹⁴

Depois desse fracasso seguem-se vários outros planos de estabilização, Cruzado II, Bresser, Verão, todos mal-sucedidos. O governo Sarney passa a ostentar os piores índices de popularidade e a ser rejeitado até por políticos do seu próprio partido. Nesse período, nenhum político queria ver o seu nome ligado ao do presidente ou sua administração. Esta fuga de correligionários, e da retirada de apoio político, estava vinculado também à corrida eleitoral que se avizinhava. Todos os partidos, depois da promulgação da Constituição de

¹⁴ Ibid., p. 407

1988, que restabeleceu a eleição direta para presidente da república após vinte anos de ditadura militar se preparavam para apresentar o seu candidato. Assim,

*“Ao iniciar seu governo, Sarney tinha pouca representatividade e pouca legitimidade. Podia ampliá-las através de um bom desempenho no exercício da administração pública, principalmente a condução da política econômica. O fracasso do seu governo, porém, acabou por compromete-lo irremediavelmente”.*¹⁵

2.1 - O ressurgimento sindical

As greves do ABCD paulista propiciaram a rearticulação dos sindicatos, a partir de 1978, e o aparecimento de um sindicalismo mais combativo e atuante. Esse “novo sindicalismo”, como ficou conhecido, era contrário à tradicional estrutura sindical, atrelada ao Estado. Permanecendo em vigor até os dias de hoje através da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 1943, a estrutura sindical brasileira foi montada nos anos 1930 por Getúlio Vargas, que promoveu uma série de leis que protegiam o trabalhador, atendendo assim às demandas históricas da classe. Em compensação, os trabalhadores eram submetidos à tutela do Estado, feita através da mediação do Ministério do Trabalho nas questões trabalhistas.

*“Assim, a ação do Estado passou a antecipar-se às reivindicações e pressões das classes sociais. E, no final de 1933, já havia sido totalmente quebrada a resistência dos sindicatos autônomos, e todos estavam enquadrados na legislação então vigente, sob controle do Estado”.*¹⁶

Os governos militares por sua vez, aumentaram os poderes do Ministério do Trabalho. Eles permitiam às autoridades ministeriais a destituição de diretorias eleitas, e a

¹⁵ Ibid., p 417.

¹⁶ Ibid., p 197 – 98.

nomeação de interventores nos sindicatos. Leais ao regime, e agindo como prepostos do governo, esses “líderes sindicais” conseguiram controlar os trabalhadores e suas demandas.

A reorganização sindical vai ocorrer em todo o país com a retomada dos sindicatos que estavam nas mãos de interventores, através do ressurgimento daqueles que estavam “adormecidos” durante a ditadura, e também com a criação de novos sindicatos.

*“Metalúrgicos, petroleiros, bancários, médicos, professores, além de inúmeros sindicatos vinculados aos trabalhadores rurais, muitas categorias, aglutinaram-se em torno do novo sindicalismo”.*¹⁷

O chamado novo sindicalismo fazia duras críticas ao antigo modelo sindical, atrelado ao estado, defendendo a

*“construção da unidade – não a unicidade – a partir das bases, em um regime de plena liberdade e autonomia de organização sindical”.*¹⁸

Assim,

*“O Brasil despertava para algo novo: sindicatos combativos, greves sem piquetes, reivindicações trabalhistas respaldadas nas próprias leis da ditadura. E a irrupção de um líder que não adotava a retórica tradicional da esquerda e possuía carisma capaz de polarizar as atenções dentro e fora do país: Lula”.*¹⁹

No caso dos funcionários públicos, sem direito de sindicalização, surgem as associações com características sindicais. Estas novas agremiações assumiram uma postura desafiadora perante o governo, uma vez que os servidores eram proibidos por lei, desde a

¹⁷ ANTUNES, Ricardo. O novo sindicalismo no Brasil, p 28.

¹⁸ MATTOS, Marcelo Badaró. Universidade e sociedade, nº 23, p 38

¹⁹ SADER, Emir, BETTO, Frei. *Contra versões*, p 132.

década de 1930, a se sindicalizarem, direito que só seria conquistado pelo funcionalismo público em 1988.

Assim, a categoria dos funcionários públicos participou ativamente desse processo reivindicatório. Nas suas fileiras podiam ser contabilizados inúmeros professores e funcionários, que durante a ditadura sofreram perseguições, prisão, tortura, demissão, e até exílio no exterior. Também foram vítimas do arrocho salarial ocorrido durante os governos militares, sofrendo, igualmente aos demais trabalhadores, a corrosão e a perda do poder aquisitivo dos seus salários.

*“O ano de 1978 foi um marco no processo de organização dos servidores públicos porque começam a emergir os primeiros sinais da transição das associações tradicionais para as novas formas de associação de caráter sindical e de oposição política ao Estado militar”.*²⁰

2.2 - As Associações de Docentes

Nesse período começam a surgir e se organizar as Associações de Docentes com a finalidade de fazer frente ao achatamento salarial da categoria, a política de privatização do ensino promovida pelo Ministério de Educação e Cultura – MEC, e a estrutura autoritária imposta as Instituições de Ensino Superior (IES) públicas através da Reforma Universitária de 1968.²¹ Os docentes não aceitavam essa situação de autoritarismo, falta de liberdade de intervenção nos assuntos da universidade, além da crescente falta de recursos, fazendo eclodir, quase que ao mesmo tempo, as organizações de docentes, o que também ocorreu na UFRN em 1979 com uma grande adesão de professores.

No Rio Grande do Norte, os professores já vinham se articulando em diversos fóruns, acadêmicos ou científicos, principalmente nas reuniões anuais da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência). Este fórum científico, que reunia milhares de pessoas vindas de todos os lugares do Brasil e até do exterior, era um excelente palco para a discussão política contra o regime, uma vez que dispunha de platéias altamente qualificadas, compostas por cientistas, professores e estudantes universitários.

²⁰ NOGUEIRA, Arnaldo Mazzei. Plural nº 11, p. 10

²¹ GERMANO, José Willington, Op. cit., p. 101 – 156.

Assim os docentes começam a se organizar e participar dos movimentos sociais contra o regime militar, sendo a luta pró-anistia uma das que mais empolgou os professores, pois como diz o professor Osvaldo de Oliveira Maciel, ex-presidente da ANDES (Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior),

*“...a Universidade foi particularmente atingida pela violência das punições arbitrárias. Assim, uma das motivações iniciais importantes do MD (Movimento Docente) foi lutar pela reintegração, na vida acadêmica, dos professores e cientistas atingidos por atos de exceção”.*²²

Também o professor Nogueira, em “Desafios do sindicalismo no setor público brasileiro”, afirma que:

*“Os professores atuaram como uma espécie de vanguarda do movimento dos servidores públicos e das classes médias em geral, lembrando muito a ação dos operários do ABC e da Oposição Metalúrgica de São Paulo com relação ao conjunto do movimento operário e sindical”.*²³

Os professores se lançam a discutir os problemas sociais e políticos que o país enfrenta, passando assim a exercer uma forte influência nos outros movimentos sociais, caminhando também para a formação e futura consolidação do seu sindicato nacional.

Esse esforço de unificação da luta ^{em} nível nacional é realizado através dos ENAD (Encontro Nacional de Associações de Docentes), sendo que o primeiro acontece em São Paulo, em fevereiro de 1979 tendo sido convocado durante a reunião anual da SBPC no ano anterior. Deste encontro, segundo o professor Maciel²⁴ participaram

“24 Associações de Docentes (AD's) e 3 comissões pró-AD's, cuja carta afirma, na sua abertura, que “a democratização da

²² CADERNOS ANDES, nº 18, p. 33

²³ NOGUEIRA, Arnaldo Mazzei. Op. cit., p 10

²⁴ CADERNOS ANDES nº 18, p.34

Universidade Brasileira está subordinada ao processo geral de democratização da Sociedade Nacional. Ela exige como condição para sua realização a eliminação de todos os mecanismos repressivos que, enfeixados no estado autoritário implantado no país, após 1964, cerceiam a organização e a livre manifestação de amplos setores da Sociedade, inclusive da Comunidade Universitária””.

Nesse encontro, após a análise e discussão da conjuntura vigente no país seguem-se as propostas, que uma vez aprovadas, começaram a definir as idéias básicas que norteariam a trajetória do movimento docente.

Em 1980, de 16 de novembro a 11 de dezembro, os professores realizam a primeira greve unificada de docentes, com a participação de 19 Universidades Autárquicas e 07 Escolas isoladas, tendo a duração de 26 dias e uma pauta de reivindicações que pede o reajuste de 48%, um novo plano de carreira do magistério superior, eleição direta para reitor e 12% do Orçamento da União para a Educação. Terminada a greve os professores obtiveram como ganhos: um aumento salarial de 82,25% (maior que o reivindicado), o reenquadramento dos docentes e a aprovação de um novo plano de carreira do magistério superior.²⁵ É preciso lembrar que esta conquista é de fundamental importância para o movimento docente, pois esta greve foi a primeira em que se enfrentava o governo à margem da lei. Foi uma atitude corajosa da categoria docente uma vez que, por serem também funcionários públicos, estavam legalmente proibidos de paralisar as suas atividades.

Pouco tempo depois, em 19 de fevereiro de 1981, com a presença de 287 delegados realizou-se o Congresso Nacional de Docentes Universitários em Campinas, no estado de São Paulo, onde por unanimidade foi criada a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES). Os participantes do encontro decidem também que a entidade criada será: autônoma em relação ao Estado e às administrações universitárias, sem caráter político-partidário e voltada para a defesa de direitos e interesses da categoria, dando assistência aos seus associados, princípios estes que passariam a fazer parte do seu estatuto.

A estrutura organizativa da ANDES se divide em diferentes instâncias, CONGRESSO, CONAD (Conselho da Andes), Diretoria nacional, Assembléias Gerais das

²⁵ ADUFRJ, 17 set. 2001, p.11

AD's, suas diretorias e órgãos constituídos no interior das mesmas, tais como grupos de trabalho, comissões, e outros, sendo que todas as decisões tomadas a nível nacional devem necessariamente ser aprovadas nas anteriores, dando assim legitimidade e força a direção nacional na condução das reivindicações da categoria, mesmo num período onde era proibido aos funcionários públicos o fazerem. A organização pela base em Associações de Docentes (AD's), será a espinha dorsal da estrutura organizativa da ANDES.

As Associações de Docentes e sua representação nacional participaram ativamente de todos os movimentos sociais da década de 1980, não se restringindo a sua atuação a meras reivindicações salariais. Elas, através da ANDES, lançaram propostas sobre diversos assuntos, entre os quais podemos destacar a PROPOSTA DAS ASSOCIAÇÕES DE DOCENTES E DA ANDES PARA A UNIVERSIDADE BRASILEIRA, aprovada a sua primeira versão em junho de 1982 no CONAD realizado em Belo Horizonte – Minas Gerais, e apresentada ao Ministério de Educação e Cultura nesse mesmo ano.²⁶

Na primeira parte desse documento é feita uma análise crítica da situação da universidade brasileira. Os professores consideram a universidade como uma *“instituição social de interesse público”*, e portanto tendo a *capacidade de representação social, cultural, intelectual e científica*. Na segunda parte é defendido um *“padrão único para a universidade”*, que deveria se nortear pelos seguintes princípios: *“Ensino público e gratuito”*, *“Autonomia e democratização”*, e *“Unificação das condições de pesquisa, ensino e trabalho”*. Por fim, na terceira parte é defendida a responsabilidade do Estado com a educação, concluindo as propostas nas diversas áreas como a do financiamento da universidade, do regime jurídico, da administração acadêmica e outros assuntos pertinentes.

Esta ação propositiva se desenvolveu através dos grupos de trabalho locais e nacionais que constantemente faziam as avaliações de conjuntura, lançando propostas sobre vários temas, inclusive políticos, tais como a PLATAFORMA DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR PARA A CONSTITUINTE, onde os diversos grupos de trabalho desenvolveram plataformas nas áreas de: Educação; Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente; Arte, Cultura e Comunicações; Saúde; Direitos da Pessoa e do Trabalhador; Organização Sindical e Formas de participação e exercício da cidadania.²⁷

A década de 1980, na qual os docentes e a ANDES tem uma participação ativa, segundo Antunes,

²⁶ CADERNOS ANDES n° 2.

²⁷ CADERNOS ANDES n° 4.

*“marcou o ressurgimento das greves gerais em nosso país, experiência que havia sido tolhida em 1964”.*²⁸

Referindo-se ainda às greves gerais por categoria diz Antunes,

*“Foi, neste plano, uma década de avanço orgânico sindical, para um conjunto expressivo de assalariados, de que a ANDES – Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (que, posteriormente, denominou-se ANDES – Sindicato Nacional) – é, entre muitos outros, um exemplo significativo, na medida em que aglutina, a nível nacional, a categoria docente, pública e privada, vinculada ao ensino superior, em todo o país”.*²⁹

A ANDES, alicerçada nas suas associações de docentes, também exerceu forte influência junto a sociedade e governo nas discussões das questões nacionais, tendo participado de todo o processo de criação da Central Única de Trabalhadores (CUT) como veremos adiante.

²⁸ ANTUNES, Ricardo: Op. cit., p.21

²⁹ Ibid., p 21.

CAPÍTULO III

A CONSOLIDAÇÃO DAS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSE

Com a finalidade de fazer frente às políticas de privatização do ensino e achatamento salarial promovidas pelo governo através do Ministério da Educação e Cultura (MEC), várias associações de docentes são criadas nessa época. A Associação dos Docentes da UFRN (ADURN) nasce num contexto de intensa mobilização dos professores universitários brasileiros.

Desses primeiros tempos o professor Willington Germano³⁰ lembra:

“A nossa Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (ADURN), nasceu no bojo de tais mobilizações. Lembro-me muito bem das sucessivas reuniões realizadas no Auditório da antiga Escola de Música da UFRN, na rua Potengi, no primeiro semestre de 1979. Era mais uma associação que surgia em meio a tantas outras que despontavam por todo o Brasil”.

Na UFRN, os docentes fundam a sua entidade em 15 de agosto de 1979, na primeira Assembléia Geral de professores. Nesta reunião foi eleita a primeira diretoria provisória, formada pelos professores:

Hermano Machado Ferreira Lima (Presidente)

Ivis Alberto L. Bezerra de Andrade (Vice-Presidente)

Maria Salete Machado Coelho

Martin Tygel

José Eduardo Moura

Carlos Eduardo Lins da Silva³¹



³⁰ GERMANO, Willington. Boletim Comemorativo, ADURN, p. 33

³¹ ADURN- S.SIND.

A diretoria provisória foi de agosto a novembro de 1979, tendo a atribuição de redigir a proposta de estatutos e de preparar a eleição que escolheria os membros da primeira diretoria da entidade. O pleito ocorre no mês de novembro, quando é eleita a primeira diretoria³² e o primeiro Conselho de Representantes da ADURN.

A sua estrutura interna, assim como a das suas congêneres, está baseada em três instâncias decisórias:³³

I - Assembléia Geral: instância máxima da associação, fórum de discussão e deliberação sobre os assuntos que digam respeito aos docentes;

II - Conselho de Representantes: composto por professores eleitos por departamento para exercerem mandato de um ano;

III - Diretoria Executiva: eleita diretamente pelos associados para um mandato de dois anos.

É importante lermos a Carta Programa da primeira diretoria da ADURN, pois ela sintetiza o processo histórico que levou os docentes da UFRN, de outras Universidades, e Escolas Superiores isoladas, a se reunirem em torno de uma entidade que representasse os seus interesses políticos e profissionais. Ela relata todos os problemas e agressões das quais foi vítima a universidade pública brasileira, e portanto a categoria docente durante o regime militar, indicando os propósitos da criação das entidades representativas dos docentes.

“O obscurantismo reinante nos últimos 15 anos no Brasil, redundou no aniquilamento de numerosas organizações e instituições da sociedade civil provocando, por conseguinte, o amordaçamento e a desorganização de amplos setores sociais, justamente os mais combativos. A universidade despojada de qualquer representatividade dos setores que nela militam professores, funcionários e estudantes, foi duramente atingida por essa longa noite que se abateu sobre o país. Em decorrência vários centros de ensino pesquisa foram invadidos (veja-se o exemplo da universidade de Brasília), implantando-se uma verdadeira “caça às bruxas” onde um grande número de professores foram perseguidos, demitidos, presos,

³² Anexos I: ADURN.

³³ ADURN. Regimento Geral

cassados, etc, Figuras proeminentes da ciência e da cultura no Brasil, foram atingidas pelos chamados "atos de exceção", configurados principalmente pelos atos institucionais que, de "exceção" passaram a ser regra, tal o clima de repressão no país. Além disso, as instituições universitárias tiveram implantados na sua estrutura (e que permanece até hoje) organizacional um órgão que recebe o nome de Assessoria de Segurança e Informação (ASI), cuja função principal é "vigiar" as atividades acadêmicas, além de ser responsável pela "triagem ideológica" dos indivíduos no âmbito universitário; o medo, portanto, continua sendo constante no interior dos campus universitários, lugar em que deveria vigorar o mais amplo debate sobre os problemas cruciais que atingem a humanidade e a sociedade brasileira e a nordestina em particular. Um órgão como a ASI, denigre a vida universitária em qualquer país que se diga democrático e civilizado. Os estudantes foram igualmente bastante atingidos, principalmente através da aplicação do Decreto 477, e tiveram seu principal órgão de representação a UNE extinto e jogado fora da lei. Fruto desse processo a universidade se transformou numa gigantesca massa amorfa onde de um lado concentram-se os que pensam e mandam e do outro lado os executam e obedecem, eliminando-se, assim, qualquer vestígio de convivência democrática. Nessa quadra da vida política brasileira as condições de ensino e pesquisa se agravam consideravelmente. Em primeiro lugar através de uma reforma universitária imposta de cima para baixo sem que a comunidade acadêmica tenha discutido e opinado sobre o projeto. Em segundo lugar, por uma quebra crescente da qualidade de ensino. Essa quebra da qualidade do ensino, está estreitamente vinculada a censura imposta à livre discussão e produção de conhecimento no interior da universidade e portanto, diz respeito a perda de criticidade, condição basilar para sobrevivência de qualquer instituição universitária. Essa quebra da qualidade do ensino está, por outro lado, diretamente associada com as precárias condições de trabalho, baixa remuneração, laboratórios e bibliotecas deficientes, etc., e que

atestam a pouca importância que é concedida à educação. A participação do Ministério da Educação e Cultura (MEC) no orçamento da União, no período 1965/1980, confirma a pouca importância e dá conta da magnitude do problema. Basta ver que, segundo a folha de São Paulo de 03.09.79, a participação do MEC no orçamento da união em 1965 foi na ordem de 11,07% enquanto isso, para 1980, essa participação decresceu para 4,28% (jornal do Brasil, 19.11.79), o que segundo o Senador Aderbal Jurema, em parecer sobre a proposta orçamentária rubrica do MEC, estamos “voltando a marcas constrangedoras”. Diante disso fica patenteada a falsidade da tese que afirma que queda na qualidade do ensino deve-se a “massificação” da universidade. Muito embora tenha havido um crescimento da matrícula, principalmente nas escolas particulares, é de se perguntar que se um país em que ainda hoje 50% das crianças matriculadas na 1ª série do primeiro grau são reprovadas ou evadem a cada ano, em um país que conta hoje com 30 milhões de analfabetos (segundo Senador Aderbal Jurema – JB – 19.11.79), é de se perguntar, repetimos se é possível falar em massificação do ensino universitário. Na verdade a universidade continua sendo da elite e mais do que nunca distanciada dos problemas vivenciados pela sociedade principalmente pelos setores explorados da população.

O rigoroso clima repressivo, no entanto, não foi capaz de deter o processo de reorganização encetada por amplos setores da sociedade civil principalmente das classes trabalhadoras. Dessa maneira, os professores enquanto trabalhadores intelectuais começaram a se organizar procurando se posicionar não somente frente aos problemas específicos da categoria e da universidade, mas também frente aos problemas da sociedade na qual todos estão inseridos. Sugiram, então, as Associações de Docentes em todo o país. Dessa maneira, a Associação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (ADURN) foi criada igualmente com o propósito de não somente representar a categoria mas também

*participar da vida da sociedade como qualquer um dos outros setores sociais.*³⁴

A categoria dos professores universitários se inclui dentro das classes trabalhadoras passando a defender, não somente os seus próprios interesses, mas intervir e participar ativamente em todos os problemas da sociedade na qual estão inseridos.

O primeiro grande embate da recém criada associação resultou na a greve unificada dos docentes de 1980, iniciada na UFRN no dia 20 de novembro. Esta greve teve como eixos principais a regulamentação da carreira docente, a recuperação salarial e a incorporação de todos os professores no quadro permanente de carreira. O movimento paredista foi encerrado na UFRN em 13 de dezembro³⁵, dois dias depois da assinatura do Decreto-Lei que instituiu a reestruturação da carreira de Magistério. Os professores também foram atendidos nas demais reivindicações obtendo uma grande vitória política. Ao ter realizado a greve, e conscientes de estar afrontando a legislação que os proibia de tais atos, os docentes saem fortalecidos da greve partindo com firmeza para a criação da sua entidade nacional.

A ADURN se faz presente no Congresso Nacional de Docentes Universitários, realizado na cidade de Campinas, estado de São Paulo entre os dias 17 e 20 de fevereiro de 1981. Neste encontro é discutida e aprovada a criação da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES), entidade que representará os interesses dos professores universitários a nível nacional.

Participa, a partir de 1981 da I Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), em Santos – SP (Agosto de 1981).

Nesse encontro surgem duas grandes tendências:

*“o novo sindicalismo nascente em meados dos anos setenta e que, atuando por dentro da estrutura sindical, pouco a pouco foi iniciando um lento processo de mudança e transformação desta mesma estrutura sindical atrelada”.*³⁶

E por outro lado:

³⁴ ADURN. Boletim Comemorativo, p. 6.

³⁵ ADURN. Boletim Comemorativo, p. 12

³⁶ ANTUNES, Ricardo: Op. cit., p. 28.

*“...as oposições sindicais, mais refratárias à ação por dentro da estrutura sindical, e que traziam como bandeira central a luta pelo organismo de base, especialmente pelas comissões de fábrica, independentes da estrutura sindical”.*³⁷

É deste grupo heterogêneo que sai a proposta de criação de uma Central Única de Trabalhadores, mas as divergências internas entre as tendências acabariam por dividir o movimento sindical. A ruptura ocorre na conferência da Praia Grande – SP, em 1983, quando os setores sindicais menos combativos não participam da criação da CUT. Assim, segundo Antunes:

*“Desde logo a CUT deitou suas raízes em quatro expressivas fatias da classe trabalhadora brasileira: no operariado industrial, nos trabalhadores rurais, nos funcionários públicos e nos trabalhadores vinculados ao setor de serviços”.*³⁸

Os professores se alinham com as propostas da CUT, mesmo sem ter ainda o direito a se sindicalizar, participam de comissões temáticas e das discussões políticas da central sindical. A nível de ANDES, é constantemente discutida a questão sindical e a conveniência da filiação a uma central sindical, no caso a CUT.³⁹

A ADURN esteve presente em todos os congressos da ANDES e participou ativamente, na consolidação da associação nacional e na sua transformação em sindicato nacional, a qual ocorre logo depois da promulgação da Constituição de 1988, que permite, pela primeira vez, a livre sindicalização dos funcionários públicos. Também esteve presente no movimento pelas Diretas Já e participou na elaboração e aprovação da Plataforma dos Docentes do Ensino Superior para a Constituinte⁴⁰, na década de 1980. Mais recentemente, em 1991, os docentes da UFRN participaram da mais longa greve de professores e funcionários do período por nós abordado neste trabalho, tendo durado 107 dias. Finalmente, em 1992, junto com os demais movimentos sociais, exigiram o *impeachment* do Presidente Fernando Collor, que, acuado pela força dos movimentos

³⁷ Ibid., p. 28.

³⁸ Ibid., 1995, p. 30.

³⁹ CADERNOS ANDES, n° 5.

⁴⁰ CADERNOS ANDES, n° 4.

populares pedindo ética na política, e ante a iminência de ser cassado pelo Congresso Nacional renuncia ao cargo em dezembro do mesmo ano.

Desde a sua criação, a ADURN luta pela democratização da UFRN e pela participação dos seus docentes nas diversas instâncias decisórias da instituição. Se faz representar nos órgãos colegiados da Universidade, e consegue assento na Comissão de Elaboração do projeto dos novos Estatutos da UFRN, em 1983. No ano seguinte atua como mediadora no conflito entre estudantes e reitoria, originado pela portaria 62/84 (MEC)⁴¹, que punha fim aos subsídios a Restaurantes Universitários e impedia as Instituições de Ensino Superior de usar recursos próprios para esse fim. Mantém uma luta constante por eleições diretas para os cargos de direção e chefias departamentais.

Nas questões trabalhistas atua decididamente, desde a regulamentação da carreira do magistério em dezembro de 1980, pela correção das distorções ocorridas na UFRN com relação aos professores visitantes, colaboradores e auxiliares de ensino. Também permanece vigilante nos períodos de implantação dos grandes planos econômicos do governo, Planos "Bresser", "Verão" e "Collor", para citar alguns. Invariavelmente estes planos trouxeram perdas salariais embutidas no seu bojo, obrigando os professores e a entidade a mover longos processos judiciais visando a reposição das perdas salariais, muitos deles ainda em julgamento.

Com respeito às greves, a ADURN participou, no período de 1979 a 1992, de todas elas, trabalhando os filiados da entidade ativamente nos Comandos de Greve, nacional e local. Nesse período foram realizadas oito greves nacionais, todas elas tendo em comum a reposição das perdas salariais e diversos outros pontos de pauta. Elas ocorreram nos anos de 1980, 1981, 1982, 1984, 1985, 1987, 1989 e 1991. A mais longa greve desse período ocorreu durante o governo Collor, estendendo-se por 107 dias.

Uma vez que a ADURN assumiu características sindicais, a sua sobrevivência passava a estar intrinsecamente ligada ao número de associados e sua contribuição voluntária à entidade. Como não receberia recursos do governo (imposto sindical), por uma questão de princípios, era de fundamental importância a adesão à entidade do maior número possível de docentes. Isto, no caso da ADURN acabou acontecendo, como podemos ver na tabela 1.

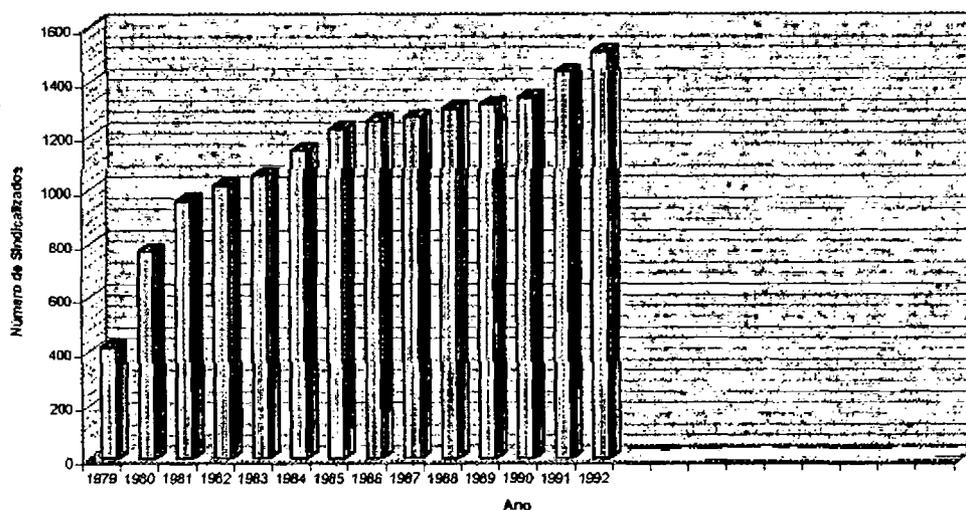
⁴¹ ADURN. Boletim Informativo nº 4, p.7.

Tabela 1**CRESCIMENTO DO NÚMERO DE SINDICALIZADOS POR ANO**

Ano	Novos Sindicalizados	Número de Sindicalizados
1979	411	411
1980	358	769
1981	187	956
1982	55	1011
1983	38	1049
1984	92	1141
1985	81	1222
1986	28	1250
1987	15	1265
1988	31	1296
1989	17	1313
1990	23	1336
1991	99	1435
1992	73	1508

Fonte: ADURN – SEÇÃO SINDICAL.

Percebe-se que no primeiro ano de vida a entidade conta com um número expressivo de associados, o qual irá crescendo durante todos os anos do período estudado, até atingir os 1508 filiados no ano em que a ADURN se transforma em seção sindical do ANDES - Sindicato Nacional. Esse crescimento constante de associados se vê mais claramente no gráfico gerado pela tabela anterior.

Gráfico 1**Crescimento do número de sindicalizados por Ano**

A ADURN chega na década de 1990 com um quadro de sócios que nunca parou de crescer, iniciando uma década que trará novos desafios à categoria docente. Com o presidente Collor foi implantada no país uma nova política econômica, seguindo a linha neoliberal há muito tempo implantada nos EUA, Europa e diversos outros países. Mesmo com a renúncia de Collor, esta tendência continuará com o seu sucessor, e as perdas originadas pelos ajustes econômicos implantados serão mais difíceis de negociar pelo ANDES - Sindicato Nacional e suas recém transformadas Seções Sindicais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da pesquisa verificamos que a retomada dos movimentos sociais, a partir das greves conduzidas pelos sindicatos do ABC paulista em 1978, puseram um fim a um período de silêncio e de “paz social”.

A ditadura militar iniciada em 1964 cuidou de neutralizar toda e qualquer oposição ao regime. Para tanto foram destruídas, desarticuladas ou postas sob controle todas as organizações sociais, além da coerção e violenta repressão policial-militar exercida sobre a população. Desse modo, com a sociedade amordaçada e amedrontada, aliado a um período de aparente “melhoria” das condições de vida ocorrido durante o chamado “milagre brasileiro”, os militares obtiveram a tão querida “paz social”, ficando latentes todos os problemas que se escondiam por trás dela.

A retomada, ou rearticulação dos movimentos sociais ocorre quando a sociedade brasileira despertava desse “hiato” de participação na vida política, social e cultural. Desafiando a ditadura, que começava a mostrar as suas falhas e o fracasso do projeto megalomaniaco de “Brasil Potencia”, os sindicatos começam a cobrar do governo militar a parte do “bolo” que ajudaram a fazer crescer e do qual não receberam nada.

A rearticulação dos diversos movimentos, inclusive o sindical, se dará dentro dos seus locais de trabalho, sindicatos, clubes, associações e na Igreja. Dessa rearticulação sindical, e a partir de suas lideranças surge uma nova prática sindical, mais agressiva e atuante, diferente daquela até então praticada. É o chamado “novo sindicalismo”, um sindicalismo que criticava radicalmente a legislação sindical brasileira e se pautava por defender a “unidade”, não a “unicidade” sindical a partir das bases. Também defendiam a liberdade de organização sindical, rompendo qualquer vínculo de dependência com o Estado, consagrada a partir de 1930 com a legislação trabalhista.

A novidade nesta rearticulação sindical foi o surgimento dos movimentos reivindicatórios promovidos pelos funcionários públicos. O exercício de articulações com características sindicais, acompanhadas de greves, foi realizado num contexto em que eram proibidos, tanto o direito de greve como o de formação de sindicatos oficiais. Esta conquista só será obtida pelos funcionários públicos na Constituição de 1988, que irá formalizar e legalizar esse direito.

Os professores universitários, também funcionários públicos, estavam inseridos nesse movimento de articulação, e o exerceram através dos diferentes fóruns em que participavam. Os encontros anuais da SBPC permitiram aos docentes ter um palco privilegiado de discussões, debates e articulações. Contando com um público qualificado, as discussões e debates contra a ditadura alcançavam uma repercussão que incomodava as autoridades militares, que inutilmente tentaram inviabilizá-lo.

Surgem então as Associações de Docentes, criadas nas Universidades públicas e privadas, estaduais ou federais, agremiações estas que dariam origem mais tarde, em 1981 a ANDES - Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior. As associações de docentes surgem com características sindicais, diferentemente das sócio-recreativas já existentes. Se espelham no novo sindicalismo praticado no ABC paulista, dando grande importância as deliberações emanadas da base, as quais serão respeitadas e seguidas pelos dirigentes, mantendo total independência com as reitorias e com o governo.

A criação da ADURN está inserida nesse contexto, e a entidade terá uma importante atuação, tanto localmente, dentro da UFRN, como a nível nacional. Como mostram os documentos e publicações, a associação participou dos principais acontecimentos políticos e sociais do seu período pré-seção sindical. Durante esses anos todos teve uma militância que lhe deu condições humanas e financeiras para desenvolver inúmeras atividades. Numa década riquíssima, plena de conquistas e mudanças, que vão da ditadura à democracia plena e da ilegalidade a legalidade do movimento sindical docente, passando pelo mais longo e devastador período inflacionário da história, a ADURN sempre esteve presente, promovendo encontros, seminários, assembléias, greves, e demais atividades reivindicatórias da categoria.

Finalmente constatamos que o movimento docente, inserido no contexto de rearticulação da sociedade brasileira, atuou como uma força de vanguarda dentro da mesma. Ao pertencer a uma categoria que possuía alta qualificação, e um retrospecto de discussão e amadurecimento sobre os problemas que atingiam o Brasil, permitiu aos docentes, através das suas associações, exercer uma forte influência na sociedade e suas diferentes entidades. Deste enriquecimento dos movimentos sociais, da sua influência, do seu poder de pressão em torno de assuntos de interesse geral, de categorias, ou classes, o maior exemplo é a Constituição de 1988. Se bem que ela não incorporou todas as demandas que a sociedade, através das suas organizações reclamava aos constituintes, incorporou direitos e liberdades até então inéditas, fazendo com que fosse chamada de

“Constituição Cidadã” por Ulysses Guimarães no dia da sua promulgação. Assim, a partir desse ano de 1988 a ANDES transforma-se em ANDES - SINDICATO NACIONAL, e a partir dessa transformação, sempre respeitando e consultando as suas bases, todas as AD's irão se transformando em seções sindicais, uma conquista que foi sendo trabalhada ao longo do tempo por uma categoria de profissionais que fez questão de se inserir nos movimentos sociais.



FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

BOLETIM COMEMORATIVO [da] ADURN. Seis anos de luta. Natal: Ed.UFRN, ✓
1985, 39 p.

BOLETIM COMEMORATIVO [da] ADURN. Relatório da Diretoria gestão 83 – 85.
Natal: Ed.UFRN, 1985, 21 p. ✓

ADURN. O MEC (Mau)trata a educação. Natal, 1984, 9 p. ✓

_____. **Regimento Geral.** Natal, 1980. ✓

ANDES. Estatuto. São Paulo, 1989. ✓

BIBLIOGRAFIA

CADERNOS ANDES. Proposta das associações de docentes e da Andes para a
universidade brasileira. Juiz de Fora, nº 2, 1986. 28 p.

CADERNOS ANDES. A questão das verbas e o financiamento da universidade. Juiz de
Fora, nº 3, 1987. 35 p.

CADERNOS ANDES. Plataforma dos docentes do ensino superior para a constituinte.
Brasília, nº 4, 1987. 31 p.

CADERNOS ANDES. A Andes e a questão sindical. Juiz de Fora, nº 5, 1987. 69 p.

CADERNOS ANDES. ANDES – SN: 20 Anos, trajetória, lutas e perspectivas (memória da luta III). São Paulo. nº 18, 2001. 239 p.

ANTUNES, Ricardo L. C. **O que é sindicalismo.** São Paulo: Abril Cultural, 1985. 93 p.

_____. **O novo sindicalismo no Brasil.** 2. ed. rev. e. ampl. Campinas: Pontes, 1995. 85 p.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil nunca mais.** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1985. 312 p.

BRUM, Argemiro J. **Desenvolvimento econômico brasileiro.** 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. 571 p.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil.** (1964-1985). 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000. 297 p.

NOGUEIRA, Arnaldo. Desafios do sindicalismo no setor público brasileiro. **Plural,** Revista da Associação dos Professores da UFSC. Florianópolis, ano 7, nº 11, p 10 – 17, set. 1999.

SADER, Emir; BETTO, Frei. **Contraversões.** civilização ou barbárie na virada do século. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2000. 229 p.

UNIVERSIDADE E SOCIEDADE. **Intelectuais militantes: 20 anos do movimento docente.** Brasília: Andes – SN, ano 10, nº 23, 2001, 187 p.

ANEXOS

1 - ADURN

DIRETORIAS DA ADURN

GESTÃO: Agosto a Novembro de 1979 (Direcção Provisória)

Hermínio Machado Ferreira Lima (Presidente)
Iris Alhoza L. Bezerra de Andrade (Vice-Presidente)
Maria Salete Machado Coelho
Martin Tygel
José Eduardo Moura
Carlos Eduardo Lins da Silva

GESTÃO: 1979-1981

Hermínio Machado Ferreira Lima (Presidente)
Enyvaldo Bonelli (Vice-Presidente)
Márcio José Capriglioni (Presidente substituto)
Vera Lúcia A. de Medeiros Rocha (Directora Administrativa)
Maria Bernadete Fernandes de Oliveira (substitua)
Maria Pepita Vasconcelos de Andrade
João Bosco Borreto Pinheiro
Joel Câmara de Carvalho Filho (substituto)
Maria Salete Machado Coelho
Sergio Vranan Fialho (Diretor Financeiro)

GESTÃO: 1981-1983

Joel Câmara de Carvalho Filho (Presidente)
Sebastião Alves Carneiro (Vice-Presidente)
Ângela Maria Ferreira Tygel (Directora Administrativa)
Marta Nazaré Liberalino (Directora Financeira)
Célia Maria Oliveira Holtz
Daley da Silva Cruz
Waldemar José Bastos Pinheiro
Carlos Alberto Leão de Andrade (Substituto)

GESTÃO: 1983-1985

Martina Ferreira de Melo Nóbrega (Presidente)
Vera Lúcia A. de Medeiros Rocha (Vice-Presidente)
Luiz Seixas das Neves
Marta de Lourdes Rodrigues
Maria Aparecida de Queiroz
Antonio Gomes Pinheiro Filho
José Wanderley Rodrigues Pereira (Substituto)
Maria de Fátima Campos Carne

GESTÃO: 1985-1987

Martina Ferreira de Melo Nóbrega (Presidente)
João Emanuel L. de Oliveira (Vice-Presidente)
José Veríssimo Fernandes (Diretor Administrativo)
Antonio Cabral Neto (Diretor Financeiro)
José Antonio Spinelli Lindoso (Diretor de Ens., Pesq. e Extensão)
Clotilde Santa Cruz Tavares (Directora Cultural)
Djalma Freire Borges (Diretor de Assuntos Profissionais)

GESTÃO: 1987-1989

Maria Bernadete Fernandes de Oliveira (Presidente)
Almir Sousa Martins Meneses Filho (Vice-Presidente)
Maria Cristina de Moraes (Directora Administrativa)
Joel Câmara de Carvalho Filho (Diretor Cultural)
Antonio Alberto Cortez (Diretor Financeiro)
Maria de Fátima C. Carne (Directora de Ens., Pesq. e Extensão)
Maria de Lourdes Rodrigues (Directora de Assuntos Profissionais)

COMISSÃO GESTORA: 1989-1990

Antonio Alberto Cortez
Lúcio Flávio de Souza Moreira
Maria Cristina de Moraes
Joel Câmara de Carvalho Filho
Zulcaine Fernandes de Macedo Silva

GESTÃO: 1990-1992

Maria Cristina de Moraes (Presidente)
Ricardo Ferreira Pinheiro (Vice-Presidente)
Célia Maria Oliveira Holtz (Directora Administrativa)
Antonio Alberto Cortez (Diretor Financeiro)
Iris Maria Fernandes Rocha (Directora Cultural)
José Veríssimo Fernandes (Diretor de Assuntos Profissionais)
Paulo Roberto M. de Azevedo (Diretor de Ens., Pesq. e Extensão)



Atividades na sede da Adurn - Greve/89



Passeata dos alunos de NEI - Greve/91 - Campus UFRN



Adurn é transformada em Seção Sindical do ANDES-SN - Aud. Da Escola de MÚSICA, 93 - UFRN

2 - ANDES

Estatutos Provisórios

Conforme deliberação do Congresso, coube a Diretoria a elaboração do Estatuto Provisório da ANDES, baseado nas resoluções concernentes, para efeito de registro da entidade.

O presente Estatuto foi aprovado na 1ª reunião da diretoria realizada no Rio de Janeiro nos dias 13 e 14 de março.

TÍTULO I - DENOMINAÇÃO, CARÁTER, FINS, SEDE e FORO.

Capítulo I - DA DENOMINAÇÃO e dos FINS

Art. 1º - A Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES), criada pelo I CONGRESSO NACIONAL DE DOCENTES UNIVERSITÁRIOS, no dia 20 de fevereiro de 1981, em Campinas, SP tem por finalidade:

- a) congregar e representar os professores das Instituições de Ensino Superior do Brasil;*
- b) expressar as reivindicações e lutas dos professores das IES brasileiras nos planos econômico, social, cultural e político;*
- c) incentivar a criação de novas Associações de Docentes;*
- d) preservar os interesses regionais e setoriais;*
- e) coordenar e fazer convergir o movimento dos docentes nas iniciativas de alcance nacional.*

Parágrafo único - No desempenho de suas funções, a ANDES respeitará a autonomia das ADs e buscará interação com entidades representativas de professores, trabalhadores e demais setores sociais na luta pela democracia e pelos interesses do povo brasileiro.

Capítulo II - DA SEDE E DO FORO

Art. 2º - A ANDES terá sede e foro na cidade de Florianópolis - SC até a realização do próximo CONGRESSO NACIONAL DE DOCENTES.

TÍTULO II - DA ESTRUTURA

Capítulo I - DOS ÓRGÃOS DE DELIBERAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Art. 3º - Integram a estrutura da ANDES:

- a) CONGRESSO NACIONAL;*
- b) Conselho Nacional de ADs;*

c) Diretoria.

Capítulo II – DO CONGRESSO NACIONAL

Art. 4º - O CONGRESSO NACIONAL DE DOCENTES DAS IES será a instância deliberativa máxima da ANDES.

Art. 5º - O CONGRESSO NACIONAL reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano.

Parágrafo 1º - O Congresso Nacional é formado por delegados eleitos pelos docentes filiados às ADs ou Comissões pró-AD em votação ou Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim.

Parágrafo 2º - A eleição dos delegados obedecerá a proporcionalidade adota para realização do I Congresso Nacional de Docentes Universitários.

Capítulo III – DO CONSELHO NACIONAL DE ADs (CONAD)

Art. 6º - O CONAD será constituído por um representante de cada AD eleito em Assembleia Geral.

Parágrafo único - As Comissões pró-AD participarão do CONAD, tendo apenas direito a voz.

Art. 7º - São atribuições do CONAD:

- a) fiscalizar o cumprimento das deliberações do CONGRESSO NACIONAL DE DOCENTES;
- b) deliberar, subordinando-se às decisões do Congresso;
- c) exercer as funções de Conselho Fiscal da entidade.

Art. 8º - O CONAD reunir-se-á ordinariamente a cada 6 (seis) meses e extraordinariamente quando convocado pela Diretoria ou por $\frac{1}{4}$ (um quarto) dos seus membros.

Capítulo IV – DA DIRETORIA

Art. 9º - A Diretoria da ANDES é composta por:

- a) 1(um) Presidente
- b) 2 (dois) Vice-Presidentes
- c) 1 (um) Secretário Geral
- d) 2 (dois) Secretários
- e) 2 (dois) Tesoureiros

f) 9 (nove) Vice-Presidentes Regionais

Parágrafo Único - Os Vice-Presidentes Regionais serão representantes das seguintes regiões: Norte, NE1, NE2, NE3, Leste, Centro-Oeste, Rio, São Paulo e Sul.

Art. 10 - São atribuições da Diretoria:

- a) dirigir o movimento dos docentes e encaminhar as lutas definidas pelo Congresso Nacional de Docentes;*
- b) fortalecer as ADs e estimular a criação de novas ADs;*
- c) convocar o CONAD, ordinária ou extraordinariamente;*
- d) constituir Comissões para encaminhamento de tarefas específicas;*
- e) convocar reuniões de ADs para encaminhamento das decisões do CONAD, das Vice-Presidências Regionais, quando necessário.*

TÍTULO III - DA FILIAÇÃO

Capítulo Único - DA FILIAÇÃO

Art. 11 - A filiação dos Docentes à ANDES será feita exclusivamente através das ADs ou Comissões pró-AD.

TÍTULO IV - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 12 - Caberá ao próximo Congresso Nacional da ANDES:

- a) deliberar sobre o estatuto definitivo da ANDES;*
- b) convocar eleições diretas para a diretoria da ANDES.*

Art. 13 - O mandato da primeira Diretoria da ANDES durará até 2 (dois) meses após a realização do primeiro Congresso da ANDES.

Art. 14 - A estrutura da primeira diretoria da ANDES será igual a da Diretoria Definitiva.

Art. 15 - São atribuições da primeira diretoria da ANDES:

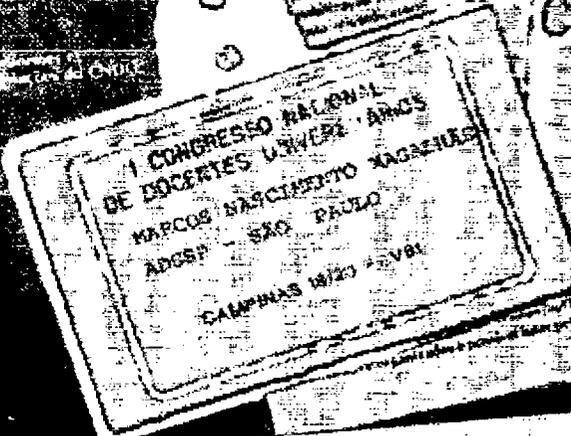
- a) preparar e divulgar, para a mais ampla discussão entre os docentes das IES do Brasil, um anteprojeto de estatuto da ANDES;*
- b) preparar o 2º Congresso Nacional de Docentes Universitários;*
- c) preparar eleições diretas para a Diretoria da ANDES;*
- d) elaborar estatuto provisório para efeitos de registro da entidade como Sociedade Civil.*

ANDES

CRIADA A NOSSA ENTIDADE NACIONAL

A criação da ANDES

Desde a criação do Brasil, a história da ANDES é marcada por momentos de luta e resistência. A entidade nasceu em 1970, fruto de um movimento de docentes universitários que buscavam a melhoria das condições de trabalho e a defesa dos interesses da comunidade acadêmica. A ANDES atua em defesa dos direitos dos docentes, promovendo ações de conscientização e mobilização. Sua atuação é baseada no diálogo e na negociação, visando a resolução pacífica dos conflitos. A entidade também atua na defesa da qualidade da educação superior, promovendo a melhoria dos processos de ensino e pesquisa. A ANDES é uma entidade nacional, com atuação em todo o Brasil, representando os docentes universitários em nível nacional.



ANDES

DIÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR

ANDES - 1978 - MARÇO DE 1978

Diretas já



O III Congresso Nacional da ANDES definiu ações concretas para a Campanha por eleições livres e diretas para a Presidência da República. Analisa o Manifesto ao Povo Brasileiro, aprovado durante o Congresso e, na última página, as deliberações do movimento docente sobre o tema e a integrada Carta de Proclamação.



E MAIS

- III Congresso Nacional da ANDES define (págs. 4 e 5):
- Intensificar a luta pelo Ensino Público e Gratuito**
- Estado de alerta contra projeto do CFE/MEC**
- Federais Autárquicas: indicativo de greve nacional**
- Fundações: mobilização pelas eleições de reitores**
- Particulares: retomada da luta pelas 162 horas**
- Estaduais: avançar na luta pela democratização**
- Comunidade da Unesp exige respeito às eleições**

A luta pela democratização da Universidade Estadual Paulista está na página 6.